

Corpo, sexualidade e poder: a homossexualidade na mídia e as biopolíticas de prevenção contra a AIDS¹

Jamil Cabral Sierra²

RESUMO

Este trabalho busca em Michel Foucault e em sua genealogia problematizações para como se constituiu a ideia de “anormal”, bem como por quais caminhos se efetivaram as práticas discursivas que criaram e legitimaram o modelo heterocentrado de sexualidade. Dialogo com o pensador francês, porque em seu pensamento estão as escavações que indicam o caráter construído das noções de (a)normal, bem como de feminino/masculino, heterossexual/homossexual, noções estas estabelecidas pelo discurso judaico-cristão (em dado momento), jurídico (em certa época), pelo discurso médico-científico (em outro ponto da História) e, arrisco dizer, pelo discurso midiático (na contemporaneidade). A partir disto, tento questionar o movimento dos processos discursivos e as possíveis imagens que as retóricas de “respeito e tolerância à diferença” articulam no nosso tempo, a partir da análise de propagandas governamentais de prevenção contra Aids e incentivo ao uso de camisinha entre a homocultura, bem como de campanhas publicitárias produzidas por ONGs que representam os homossexuais.

Palavras-chave: biopolítica, homossexualidade, mídia, AIDS.

Body, sexuality, and power: homosexuality in the media and the biopolitics of AIDS prevention

ABSTRACT

This work seeks in Michel Foucault and his genealogy problematizations about the idea of "abnormal" and the emergence of discursive practices that created and legitimized the model heterocentered of sexuality. I dialogue with the French thinker, because in his thought are the excavations that indicate the constructed character of notions of (ab)normal, as well as male/female, heterosexual/homosexual, notions established by the Judeo-Christian discourse (at some point), legal discourse (at some time), medical-scientific discourse (at another point in history) and, I daresay, the media discourse (in contemporary times) . From this, I try to

¹Este texto é uma versão revista de parte de minha dissertação de mestrado, intitulada “Homossexuais, Insubmissos e alteridades em transe: representações da homocultura na mídia e a diferença no jogo dos dispositivos contemporâneos de normalização”, defendida em agosto de 2004, no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

² Doutor em Educação (UFPR). Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná/UFPR - Setor Litoral, vice-coordenador do Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (UFPR/CNPq) e pesquisador do Núcleo de Estudo de Gênero (UFPR/CNPq).

question the movement of discursive processes and the possible images that the rhetoric of "respect and tolerance for difference" articulated in our time, from the analysis of government advertisements for AIDS prevention and encouraging the use of condoms between homoculture as well as advertising campaigns produced by NGOs representing homosexuals .

Keywords: biopolitics , homosexuality , media , AIDS.

O meu prazer
Agora é risco de vida
Meu sex and drugs não tem nenhum rock'n'roll
Eu vou pagar a conta do analista
Pra nunca mais saber quem eu sou
Pois aquele garoto que ia mudar o mundo
(Mudar o mundo)³
Agora assiste a tudo em cima do muro³

Foucault, na sua “História da Sexualidade”, volume 1 (2001a), desloca a ideia de que, a partir do século XVIII, houve todo um processo de “repressão” sexual, desencadeado pela moral burguesa e pelo regime vitoriano, filiado à lógica capitalista de submissão do corpo ao trabalho (porque) útil. Aliás, a partir desta fase, segundo ele, o que houve foi todo um processo de incitação do sexo, que começou a acontecer com a pastoral cristã e a exigência da confissão, até culminar, mais recentemente, com todas as práticas médico-científicas de normalização produzidas nos divãs acolchoados dos consultórios dos psicanalistas. A tese da repressão pode, segundo Foucault, ter sido criada pelo fato de, diziam/acreditavam alguns, que da época clássica até meados do século XVII o que existia era uma certa liberação e disposição em torno das práticas sexuais, isto é, imperavam códigos bastante flexíveis em relação ao corpo, ao uso deste corpo e a exposição deste corpo.

Esse momento de frouxo controle teria perdurado até a invenção, na época vitoriana, da família conjugal burguesa. O que era exposto passou a se enclausurar no quarto dos pais da família burguesa com um único propósito: a procriação. Esta seria a norma a partir de então. Todo o resto era falta de decoro, perversidade, desvio. Todo o resto era anormalidade. O que passaria a valer seriam as práticas sexuais consideradas legítimas, ou seja, o modelo heterossexual-burguês-pragmático do “papai-mamãe” com a finalidade de fazer filhinho. E só. O resto eram práticas ilegítimas e, como tais, não deviam se manifestar, nem em atos, nem em palavras, salvo em lugares apropriados

³ Excerto da canção “Ideologia”, de Cazuzu e Frejat.

para isso, caso fosse preciso dar espaço para essas “outras práticas”, a fim da manutenção da hipócrita ordem sexual da época. Surge, assim, a casa de tolerância como espaço de liberação da carne, mas como um propósito bem definido: a geração de lucro, isto é, troca favores sexuais não autorizados.

Além disso, diziam muitos, que a repressão do sexo começa a se configurar a partir do século XVII e fortalece-se no século XIX, por conta do desenvolvimento do capitalismo e da ascensão da ordem burguesa. Se o capitalismo aparece com a ideia de que é preciso trabalhar para a geração de lucro e se, para isso, é necessário força de trabalho, seria preciso reprimir os prazeres da carne pois, senão, a força produtiva poderia se diluir em prazeres mundanos, o que acabaria por atrapalhar o projeto capitalista. Daí, entregar-se ao sexo somente com uma finalidade bem utilitarista, ou seja, a reprodução. Esse argumento, portanto, de que práticas sexuais legítimas são práticas sexuais destinadas à procriação (modelo heterossexual-burguês) seria uma noção que foi sendo construída/inventada a partir do século XVII e que estaria diretamente ligada ao desenvolvimento das bases capitalistas burguesas.

Mas será que foi bem assim, ou somente assim, que se deu a constituição histórica de nossas sexualidades? Para Foucault, a hipótese de uma repressão unilateral, que se exerceria por parte de um dominador sobre dominados, precisa ser revista e redirecionada para a dimensão das relações difusas do poder. Para ele, já entre os gregos havia uma problematização do ato sexual, do casamento, da fidelidade e da homossexualidade, de maneira que este argumento de que antes do cristianismo havia uma certa frouxidão nos códigos morais e que foi só com a pastoral católica que se começou o processo repressivo, precisa ser revisto e recolocado no campo do discurso/poder.

Por isso é que, sem negar totalmente o pressuposto de que houve a partir do século XVII um certo silenciamento sobre sexo, Foucault vai dizer que o que se iniciou neste período foi justamente o contrário, houve um alargamento, um majoramento das práticas discursivas sobre o sexo, isto é, o poder que se começa a exercer aí não é necessariamente de tipo repressivo, mas sim são relações de poder tramadas longe da polarização dominador X dominado e, por isso, dispersas em diferentes saberes/tecnologias que se ocupam do indivíduo, de seu corpo, de seus comportamentos, de modo que o sexo, desde esta fase, foi sendo cada vez mais convidado a se manifestar e a escancarar a verdade que estaria, supostamente, contida nele sobre, de fato, quem seríamos nós. Aqui, talvez, esteja a distinção muito pertinente que o escritor insiste em frisar: se houve um certo mutismo em relação ao sexo a partir do século XVII,

esta interdição se deu no campo das falas cotidianas, dos dizeres familiares, das recomendações escolares que, através de uma espécie de profilaxia linguística, determinavam onde, como e com/entre quem se poderiam codificar certos enunciados, mas não no campo discursivo. Aliás, no nível dos discursos o que ocorre é o inverso disto, ou seja, houve em diferentes práticas discursivas uma multiplicação, um inchaço de discursos sobre sexo colocado no campo e a serviço do exercício do poder, via dilatação institucionalizada de diferentes esferas do saber (medicina, psiquiatria, justiça, pedagogia). É preciso, pois, assinalar esta distinção: policiamento dos enunciados é uma coisa, fermentação dos discursos é outra. O que está em jogo é, portanto, o fato discursivo. Segundo o próprio Foucault:

[...] a colocação do sexo em discurso, em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou – sem dúvida através de muitos erros – em constituir uma ciência da sexualidade. (2001a, p.17-18)

O início da constituição desta “ciência da sexualidade” pode ser compreendido já quando se estabelece o Concílio de Trento, e a Pastoral Católica instaura o rito da confissão, na tentativa de sugar os pecados dos sujeitos, especialmente no que tangia às fraquezas da carne. Por isso, para a formação de bons cristãos, tudo devia ser confessado, confidenciado: as posições, os parceiros, os toques, os gestos, os desejos, as imaginações despudoradas, os pensamentos obscenos e tudo quanto fosse insinuação carnal que o corpo ou a mente/espírito manifestasse. Tudo devia ser transformado em discurso. Era uma confissão de si para si e para o outro, no sentido de que a forma de constrição adotada exigia que as pessoas dissessem a si mesmas sobre seus prazeres, seus desejos, num jogo de fazer passar pela linguagem toda e qualquer questão ligada ao sexo. Foucault diz, ainda, que da nova Pastoral Católica só aumentou os domínios daquilo que era permitido dizer sobre o sexo, bem como todo o foco discursivo voltou-se para o sexo. Como diz o próprio autor:

[...] o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer ‘Para saber quem és, conheças teu sexo’. O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o dever de nossa espécie, nossa ‘verdade’ de sujeito humano. [...] O sexo era aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar,

vigiar, confessar, transformar em discurso. (FOUCAULT, 2004, p.229)

Por isso, pensar em censura é muito difícil, pois o que houve foi justamente a criação de mais e mais discursos funcionando como campos de saber que instituem instâncias de poder. Como reprimir não é suficiente para produzir técnicas de observação e controle, o *dispositivo da sexualidade*⁴ precisou criar formas de saber que disciplinam e normalizam. Uma destas formas foi a confissão. Agora, é de supor que o empreendimento de objetivação e controle do sexo não parou por aí: as formas foram se refinando e mecanismos outros – ligados ao processo de desenvolvimento médico-científico – aliaram-se à confissão e passaram a ser desenvolvidos e colocados em ação.

Neste sentido, é importante que se diga que a hipótese repressiva não significa descartar o fato de o sexo ter sido incitado a se manifestar via discurso, inclusive com o propósito de construir uma verdade em torno da sexualidade. Quer dizer que o sexo foi estimulado a aparecer no plano discursivo, de tal modo que ao mesmo tempo em que o sexo era silenciado era também convidado a se confessar, porém em lugares específicos, como no divã do analista, no consultório médico, nos aposentos eclesiais (nos confessionários das igrejas), com a finalidade de disciplinarização, normalização, correção (portanto controle) da sexualidade via estes saberes/estas instituições. Outra coisa: incitar o discurso sobre o sexo era importante, pois quanto mais saber se desenvolvesse sobre os comportamentos sexuais, maior seria o desenvolvimento de estudos e de mecanismos de controle desses corpos (des)viados. Como saber produz poder, como não há uma coisa sem a outra, como não há relação de poder que não constitua, por outro lado, um campo do saber, nem saber que não pressuponha relação de poder (FOUCAULT, 1999, 2001a, 2004), conhecer os comportamentos sexuais da época era uma medida extremamente eficiente, principalmente no que se refere a invenções médico-científicas em torno da sexualidade, para legitimar certas posturas tomadas em relação ao uso do sexo pelas pessoas.

⁴ Segundo Revel (2005, p.39), em Foucault, dispositivo “[...] designa inicialmente os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder”. Segundo o próprio Foucault (2004), dispositivo (da sexualidade) é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não dito [...]. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.” (p. 244)

A proliferação de discursos sobre sexo aponta, também, para como o poder está esparramado por toda trama social, uma rede da qual é extremamente difícil (senão impossível) escapar, em vista de toda multiplicidade de mecanismos pelas quais o poder é exercido. Por isso que pensar o poder em termos dicotômicos é complicado, pois se a repressão acontecesse de cima para baixo seria, inclusive, muito mais fácil fugir. A ideia de que o poder só faz reprimir apoia-se numa noção jurídica que, bem ou mal, sustenta a retórica inflada que prega a libertação por meio da Revolução. Pensar o poder em termos de repressão, ou pensar que fomos/somos reprimidos sexualmente, colabora com o argumento de que é possível transgredir, romper com a interdição, o que alimenta o sonho de quem acredita, ingenuamente, ser possível libertar-se do poder. Por isso é que parto, nesta análise, da reconsideração foucaultiana de poder e assumo seus *insights* para dizer que o que se põe como possibilidade de furo, de rompimento, passa por pequenas lutas diárias, que se constituem em forma de resistência aos processos de normalização instituídos pelos saberes médicos, biológicos, psiquiátricos, pedagógicos...

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer - e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. (FOUCAULT, 2004, p.148)

Por isso o rizoma que é o poder: ele não parte de um centro, não está num lugar só, não se concentra em pólos. Ele é a multiplicação de saberes, de disciplinas, de tecnologias que surgem de vários lugares e organizam-se de diferentes modos constituindo, assim, as filandras do poder. Desse modo é que, para Foucault o poder não é exercido apenas de maneira repressiva, via interdições e proibições, de cima para baixo, bem como a sexualidade, antes de ser algo que se reprima, é aquilo que se manifesta o tempo todo, que se confessa o tempo todo. Portanto, a “vontade de saber” em torno da sexualidade tenta produzir uma verdade sobre o sexo aos moldes, é claro, daquilo que nossa sociedade considera como normal, valoriza como bom e acredita ser, insuspeitadamente, científico. O discurso sobre o sexo no Ocidente, assim como outros dispositivos, quer uma verdade sobre o prazer sexual, daí a

necessidade de discursivizar em torno das práticas sexuais. Sexualidade e sexo são noções recentemente construídas, datam do século XVIII a primeira e do século XIX, a segunda. Até então o que existia eram práticas sexuais que dispensavam qualquer tentativa de construção de uma verdade médico-biológica-científica em torno do sexo.

Eis, portanto, as condições de possibilidades que fizeram emergir toda uma gama de instituições que nos fazem confessar nosso sexo a um aparato científico que se espraia pela medicina, biologia, psiquiatria, psicologia, pedagogia, por exemplo, práticas estas que ao objetivarem, examinarem o indivíduo, o seccionam de si, transformando-o em objeto de estudo/conhecimento destes saberes que tentam decifrar as significações da sexualidade. Começa-se, então, todo um dispositivo que vai incitar a criança a falar de si para si, bem como fazer com que pais, professores, médicos falem do sexo das crianças, especialmente num momento em que o grande fantasma era o onanismo. O “prazer solitário”, associado à sujeira e à doença, passa a incomodar e uma batalha para inibi-lo começa se armar no século XIX, a fim de curar o “vício”. Para isto foi preciso estimular ainda mais o discurso sobre o sexo para conhecer/vigiar como se processava a prática da masturbação tão abominada. Desde novas disposições arquitetônicas nos banheiros das escolas (sem paredes) até dispositivos de vigilância para forçar confissões eram usados nesta campanha de controle do sexo infantil. Assim, quanto mais se conhecia, mais se ramificavam os efeitos de poder sobre o corpo.

Se houve no século XIX um trabalho no sentido de investigar o que estava por trás dos comportamentos desviantes, como o da criança que se masturba, o da mulher que se histeriza ou o do sujeito que não deseja o outro sexo, o século XX vai, no empreendimento de correção destes comportamentos, “descobrir” o sexo. Por isso todo um esforço para recobrir com o manto da ciência (porque verdadeiro) os corpos monstruosos, ou seja, o da criança onanista é pedagogizado pela família e pela escola, o da mulher histerica é reenquadrado no papel de mãe, genitora e guarda da prole, e o dos “perversos” (homossexuais, incestuosos, pedófilos) é patologizado para ser corrigido e normalizado: a ciência, inventa, pois, os “anormais”, com seus “monstros, onanistas e incorrigíveis” (FOUCAULT, 2002b) e foca seu olhar sobre o desviante/anormal, objetivando este sujeito do ponto de vista médico-psiquiátrico. Quer dizer que o

[...] indivíduo anormal do século XIX vai ficar marcado – e muito tardiamente, na prática médica, na prática judiciária, no saber como nas instituições que vão rodeá-lo – por essa espécie

de monstruosidade que se tornou cada vez mais apagada e diáfana, por essa incorrigibilidade retificável e cada vez mais investida por aparelhos de retificação. (FOUCAULT, 2002b, p.75).

Daqui em diante, vemos surgir todo um *dispositivo da sexualidade* armado para flagrar toda a multiplicidade sexual que os séculos XIX e XX começam a presenciar, bem como amarrar os prazeres, as motivações, os desejos e, claro, os comportamentos desviantes que seriam, agora, medicalizados ou, nas palavras de Foucault, “retificados” na tentativa de recuperação do instinto natural perdido – como se a sexualidade fosse mesmo uma pulsão, algo destituído de historicidade, fora do alcance dos discursos que ensinam saberes e poderes. Sem falar na tentativa de cura das patologias ligadas aos atos sexuais deslocados da finalidade matrimonial da procriação, portanto, fora da vigilância das regulamentações que impunham um controle severo sobre as taxas de natalidade, índices de doenças, esterilidade, adultério, descendentes extra-conjugais, enfim, sobre a vida e sobre a morte das pessoas. O olhar que analisa, classifica, patologiza, medicaliza e normaliza, que até este momento lançava-se sobre as práticas sexuais regidas pelo imperativo da monogamia heterossexual muda de foco e volta-se, com toda força, às sexualidades que escapolem ao modelo heteromonogâmico de casamento, especialmente, à homossexualidade, que deixa de ser entendida como delinquência ou crime, e é transformada, pelo discurso médico-psiquiátrico-científico, em doença. Surge, pois, a personagem homossexual.⁵

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. A sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônicos – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. (...) A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 2001a, p. 43-44)

⁵ Segundo Foucault (2001a), o artigo de Westphal, de 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias”, pode ser entendido como data de nascimento da categoria médica, psicológica e psiquiátrica da homossexualidade.

E é justamente no momento em que passam a ser “coisa”, um tipo passível de tratamento, que as sexualidades ditas desviantes, como a homossexualidade, por exemplo, passam a compor um campo extremamente útil do saber, o que aproxima, sobremaneira, as relações de poder com o sexo e inscreve, no corpo de mulheres e homens, as marcas de comportamentos ligados à perversidade, à loucura, à monstrosidade e sedimenta nestes prazeres polimorfos a ideia de que são, todos eles, doenças do instinto sexual: anormalidades. E, assim, se infiltrando na estranheza destas práticas, o poder joga com o prazer na produção de técnicas de gerenciamento do corpo e de nosso sexo. É deste jogo que são produzidas as sutilizas de um poder que, através do prazer em exercer o controle, o questionamento, a fiscalização, a vigília se deixa inebriar pelo gozo que condena e persegue e, por isso, estimula-o a manifestar-se, a espetacularizar-se a todo tempo.

Dessa forma é que a hipótese repressiva não se sustenta historicamente, pois ela não explica estes caminhos dispersos e rizomáticos que compõem a rede de poder que flerta com os saberes que a ancoram e que funcionam como medida de controle sobre a vida das populações. Não se trata, portanto, de enxergar o poder como algo que apenas reprime, mas sim como um meio que constringe localmente e que tenta, por meio da fala de médicos, psiquiatras, psicanalistas, pedagogos “revelar” a verdade sexual dos sujeitos para, via esse controle, administrar a vida.

Deste modo é que o poder percebe a necessidade de que, para gerir a vida, não basta proibir o sexo; é preciso atirá-lo para conhecê-lo e, conhecendo-o, inseri-lo numa cadeia de sistemas úteis que o faz existir de acordo com um padrão que interessa à norma. Quanto mais saber se produz sobre a vida, mais poder se exerce sobre os corpos das pessoas. Lembremos que a administração dos corpos - a partir de medidas profiláticas, médicas, de saneamento, de controle de doenças - é importante, pois sem medidas de conservação, prolongamento e, até mesmo, extinção da vida, não há controle. Estou falando daquilo que Foucault (2008, 2002a) chamou de biopolítica⁶, isto

⁶ Este termo “[...] designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas.” (RAVEL, 2005, p.26)

é, biopoderes localizados, exercidos sobre a vida, que se aliam ao poder disciplinar e aos saberes da medicina, da pedagogia, da psiquiatria etc., no desenvolvimento de tecnologias que visam o gerenciamento da alimentação, da habitação, do espaço, do tempo, do corpo, da saúde e, claro, do sexo de uma categoria até o século XIX desconhecida: *a população*. O dispositivo da sexualidade junta-se, pois, a uma série de novas tecnologias de interceptação do sexo, que instauram o controle sobre a população e que passam a comandar o corpo e a gerir a vida por meio dessas biopolíticas de captura do corpo e da sexualidade.

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e inscrutando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. (FOUCAULT, 2002a, 288-289).

Exemplo deste controle sobre a população é o surgimento da Aids que, no Brasil, começa a aparecer em 1980, e que estimulou a produção de medidas biopolíticas que reforçaram o saber-poder sobre o sexo e, por extensão, sobre a vida. Entendida como epidemia, a síndrome vai engendrar todo um saber que se debruça no esforço de escancarar nossas sexualidades em busca das causas e efeitos do vírus. Estes saberes – visando o corpo, o uso deste corpo, os prazeres deste corpo – institucionaliza medidas preventivas de higiene sexual e toda uma campanha é armada para convencer as pessoas a se prevenirem. Entra em cena a camisinha e com ela a plastificação do sexo. Encaparam o sexo. Neste processo, os homossexuais começam a ser alvo das flechadas dos saberes médico-científicos, que (até recentemente) entendiam a Aids como uma doença ligada à homossexualidade, uma espécie de “peste gay”. Assim, a Aids se estabelece, na década de 80, como falha moral dos sujeitos homossexuais e cada vez mais a culpabilidade sobre a doença recai sobre os ombros de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, já que, por estar associada ao comportamento sexual, vê-se a doença como resultado de irresponsabilidade, prevaricação, despudoramento, obscenidades no exercício da sexualidade, reforçando a necessidade do casamento heteromonogâmico como medida de impedimento do vírus.

Em resumo, salvo prova em contrário, o doente de Aids é culpado de sua doença. Se diante da fatalidade do câncer as pessoas sadias sentem pena, diante da Aids elas tendem a sentir raiva, a partir de um julgamento moral que a vê como *doença do corpo* resultante de uma *alma conspurcada*. (TREVISAN, 2002, p.437)

Daí a associar a homossexualidade como “portadora do mal” ou, melhor, como sendo o “próprio mal” foi algo rápido. O terrorismo moral lançou-se ferozmente contra os homossexuais, por entendê-los como lascivos disseminadores da doença, inflando a homofobia e os expurgando do convívio social. O tesão gay passava, então, a ser risco de vida - vejam a canção que pus como epígrafe no início deste texto.

Os anos de terror prosseguem e segue junto com eles o aumento da perseguição aos homossexuais. Uma cruzada foi criada na intenção de acabar com a Aids (e por extensão com os gays), o que incluía desde a tentativa de fechar as saunas gays do país, até investidas médicas de reversão da homossexualidade, com intervenções químicas, a fim de “heterossexualizar” os gays e, assim, diminuir o número de infecções, numa espécie de ritual medievo de exorcismo, só que agora respaldado pela Ciência e pela Razão. A retirada da homossexualidade do rol de doenças da OMS (Organização Mundial da Saúde) reverte um pouco este quadro e, nos anos 90, a Aids deixa de ser entendida (pelo menos em parte) apenas como se referindo à homossexualidade, muito por conta do aumento sistemático de contágio pelo vírus em pessoas heterossexuais. Porém, o estigma da doença e sua ligação a comportamentos sexuais promíscuos, desviantes, ou como se diz em alguns contextos, de “risco”, ainda persiste fortemente.

Se a Aids trouxe consigo todo um aparato de inibição das práticas homossexuais, ela cumpriu também o papel de disseminadora da visibilidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais. Por causa do HIV muito se falou sobre a homossexualidade, muito se esclareceu, muito se confundiu, preconceitos foram derrubados, outros se alavancaram, casamentos de fachada se desfizeram, outros assumiram que amam o mesmo sexo, muitos homossexuais deixaram de frequentar apenas saunas ou bares específicos, se bem que muitos também foram se deitar nos divãs dos psicanalistas e a eles confessar o seu prazer. O saldo disto tudo? A Aids não só reprimiu a homossexualidade, como também gerou mais saberes sobre o “amor que não ousa dizer seu nome”.

Graças a ela [à Aids], as escolas, as famílias, a mídia, os políticos e, pasmem!, até as igrejas mais reticentes foram obrigadas a se engajar com maior ou menor energia, numa generalizada (porque compulsória, sem escolha) campanha em busca dos meandros da sexualidade, essa esfinge que

insolentemente exigia: “decifra-me, ou te devorarei”. A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor e contra sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso de camisinha, sexo seguro, doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, convivência ou não da adoção de crianças em famílias não-padroneizadas etc. (TREVISAN, 2002, p. 463)

Neste ponto, ousou dizer: alojando-se e firmando-se em discursos que exortam curiosidade sobre o outro, sobre o modo-de-existir homossexual, mesmo quando se enxerga este outro como a metade bizarra do mesmo, muitas outras/novas tecnologias de controle sobre o sexo – e sobre a vida - puderam ser postas em ação, principalmente porque, na contemporaneidade, esta rede de saberes vai se apoiar, para criar efeitos de verdade sobre nossa sexualidade, numa instituição pedagógica poderosíssima: a mídia. Para mim, a mídia é hoje a mais recente tecnologia que fomenta os discursos sobre a sexualidade, a forma mais fresquinha de estímulo discursivo sobre sexo a compor o quadro que, segundo Foucault (2001a), começa com a Pastoral Católica, passa pelo dispositivo da sexualidade e seus saberes médico-biológicos-científicos e desemboca na psicanálise.

Minha aposta é no argumento que pensa a mídia como a mais nova aliada dos saberes médico-científicos, espécie de porta-voz das biopolíticas que classificam, ordenam, corrigem e normalizam. Minha percepção me leva a imaginar que é, bem por isso, que o investimento não se dá só no tratamento de doenças ligadas ao sexo, mas em campanhas midiáticas de conscientização e prevenção contra a Aids e de uso da camisinha, que não só estimulam o sexo seguro, mas excitam as pessoas a assumirem-se, a falarem de si, a escancararem seu desejo e como materializam este desejo na cama, a confessarem-se, portanto. Por isso é que enxergo a mídia constituindo-se, na contemporaneidade, no instrumento que se arrenda às discursividades normalizadoras, porque por ela se chega a todos e por muitos meios, engenhando maneiras - cada vez mais incisivas e invisíveis - de cercar, conhecer e pôr sob administração e controle os comportamentos sexuais. Com a mídia, o poder se ramifica ainda mais e toma contornos novos na tarefa de produzir efeitos de verdade sobre os desejos, prazeres e experiências, bem como no projeto de criar sempre formas delgadas, mas penetrantes, de saber para controlar.

Diante disso, o problema que se levanta é: o discurso que na modernidade – com o estabelecimento do dispositivo da sexualidade e de seus controles médico-científicos - foi o da incitação discursiva do sexo, como

medida de geração de saberes enredados na lógica do poder que se dilui estrategicamente para disciplinar os corpos e subjugar-los ao interesse da norma, a fim de mantê-los dóceis e úteis, ganhará, neste contexto contemporâneo, que esculpe outros contornos da ordem (neo)liberal, novas estratégias de incitação da sexualidade. Agora, o sexo vai ser convidado a se exibir por meio de uma teia de artifícios midiáticos de produção da verdade, mesmo que, para isso, o estímulo à exposição venha camuflado em retóricas que exortem a prevenção do corpo.

Vejam que as estratégias biopolíticas colocadas hoje caminham no sentido de criar a ideia de que é preciso prevenir o corpo contra doenças, especialmente contra aquelas ligadas ao comportamento sexual. Mas para que isto ocorra, é necessário, antes, conhecer as práticas sexuais dos sujeitos, pois, assim, os saberes médicos, psiquiátricos, pedagógicos podem ser acionados, no sentido de desenvolverem as melhores (e mais sutis) formas de controle e administração da vida da população, impedindo que os corpos caiam em moléstias que, ao vitimá-los, os tornaria descartáveis. O corpo está indissociavelmente ligado a relações políticas e econômicas, por isso, o que interessa são corpos submetidos ao gerenciamento das biopolíticas de controle da sexualidade:

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, **à sua utilização econômica**; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição [...]; **o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.** [negritos meus] (FOUCAULT, 2001b, p.25-26)

De fato, o discurso de Estado atual em torno do sexo, ao mesmo tempo em que promove a divulgação da sexualidade, via midiática do sexo, engessa as práticas sexuais no discurso preventivo, de modo a criar medidas eficazes que visam a saúde, através de efeitos discursivos produtores da verdade, certificados pela ciência e propagandeados pela mídia. Desse modo é que as pessoas são convencidas a fazer “sexo seguro”, ou seja, desde que se use camisinha, gel, desde que se tenha um número limitado de parceiros, desde que não se faça sexo oral, desde que..., desde que..., você poderá gozar sem o

risco de contaminar-se, é o que propõe as políticas públicas para saúde, nos dizem os médicos, nos ensina a pedagogia e nos divulga a mídia.

Para ilustrar isso que digo, observemos alguns acontecimentos⁷, fruto de políticas públicas de prevenção contra a Aids e uso da camisinha⁸, materializados em campanhas desenvolvidas pelo Programa de DST/Aids, do Governo Federal, em 2002:



Imagem 1

⁷ A noção foucaultiana de acontecimento tem a ver com a interrogação da atualidade e com a reconstrução de uma rede de discursos, de poderes, de estratégias, de práticas. É a análise das diferentes redes discursivas às quais um acontecimento pertence, tentando mostrar a irrupção de uma singularidade histórica que se repete na atualidade e nos atravessa ao longo do tempo.

⁸ Problematicar estas falas de “prevenção”, “respeito”, “tolerância” que emergem em nosso tempo, bem como questionar estas políticas de controle do corpo não significa que eu esteja propondo o não uso da camisinha ou me posicionando contrariamente ao sexo dito seguro. Também não significa que eu, ao analisar campanhas realizadas por ONGs gays do Brasil, esteja negando (até porque nem posso) a luta histórica do Movimento Homossexual Brasileiro contra o preconceito de gênero e sexual, tampouco dizendo que tais campanhas não sejam importantes e necessárias (e provoquem, em certa medida, deslocamentos) em um contexto tão homofóbico como o nosso.



Imagem 4

Ao utilizar a imagem de jovens de aparência saudável, que respondem a um modelo de beleza legitimado, eroticamente atraentes, de raças diferentes, bem como optar por expressões como “assuma”, em “Assuma a camisinha e o lubrificante a base de água em toda relação anal.” ou “sair do armário”, em “Faça a camisinha sair do armário”, os textos deixam escorregar de sua materialidade linguística os substratos discursivos que apontam para o deslocamento de sentido destas expressões, ou seja, ao utilizá-las, as propagandas tentam inverter (já que a linguagem sempre desliza) a semântica de palavras usadas pelo movimento LGBT⁹ como forma de protesto à ordem, uma espécie de convite anti-normalização, um tipo de afirmação da diferença homossexual, atrelando estas expressões a um léxico armado para vender a prevenção, como “camisinha”, “lubrificante”, “protege”. Ou como acontece no outro texto, em que a expressão “parceiros fixos”, em “Camisinha e lubrificante à base de água. Seus dois parceiros fixos”, parece, novamente no jogo que faz deslizar os sentidos das palavras, reforçar a necessidade, como medida preventiva, que as uniões homossexuais se concentrem no modelo

⁹ LGBT é a sigla usada pelo movimento homossexual brasileiro que, a partir da consolidação das políticas identitárias nos anos 90, resolve adotar tais letras como forma de horizontalizar e dar visibilidade a cada uma das identidades que compõem o movimento, isto é, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

monogâmico, de gosto burguês, pois numa “relação a dois” os riscos de contágio poderiam diminuir.

Portanto, da forma como vejo, o discurso da prevenção articula todo um aparato que regulamenta e disciplina o modo como temos de fazer sexo, a fim de, pelo jogo do poder que se esparrama em várias instâncias pedagógicas (mídia, escola, família, Estado...), produzir a monologia sexual, tentar ajustar o gozo dissonante dos homossexuais à heteronormatividade e normalizar os corpos na ordem heterossexual, que agora vem fundida no discurso de “prevenção do corpo”. O que vai mudar na contemporaneidade, por conta da implosão do sujeito centrado em sujeito fraturado e, com isso, a fragmentação do conjunto social em diferentes grupos, é a tentativa de construção de um discurso de aceitação/respeito das práticas sexuais tidas como fora da norma. Mas é bom deixar claro que essa aceitação não acontece porque a sociedade assume de fato essas outras práticas como legítimas, como parte disso que chamamos humano, como vidas desse mundo, como vivências que latejam, que gritam, que transbordam, que existem, mas porque os envolvidos nestas práticas são, de uma maneira ou outra, indispensáveis ao projeto biopolítico de controle de nossas sexualidades.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

_____. Em defesa da sociedade. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. **História da Sexualidade:** a vontade de saber. V. 1. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001a.

_____. **Microfísica do poder.** 19 ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2001b.

REVEL, Judith. **Foucault.** Conceitos essenciais. Trad. de Maria do Rosário Gregolin et. al. São Carlos: Claraluz, 2005.

SIERRA, Jamil Cabral. **Homossexuais, insubmissos e alteridade em transe:** representações da homocultura na mídia e a diferença no jogo dos dispositivos contemporâneos de normalização. Maringá: UEM, 2004. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2004.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso.** A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 5 ed. revista e ampliada. São Paulo: Record, 2002.